

# A Antropologia Urbana no Brasil

Rogéria Campos de Almeida Dutra\*  
Nádia Oliveira Vizotto Ribeiro\*\*

## Resumo

O artigo pretende analisar o surgimento da Antropologia Urbana como campo de reflexão e investigação da realidade brasileira a partir do desenvolvimento da Antropologia no Brasil ao longo do último século. Procura também destacar o contexto de seu surgimento, bem como as particularidades de nossa sociedade que propiciaram o crescimento deste campo da disciplina antropológica e de seus desdobramentos posteriores.

**Palavras-chave:** Antropologia Urbana, cidade, Antropologia no Brasil.

## Urban Anthropology in Brazil

### Abstract

This article aims at analysing the emergence of Urban Anthropology as a field of theoretical thought and investigation of Brazilian social reality by presenting the historical development of Anthropology in Brazil through the last century. It also seeks to highlight the social context of its emergence as well as the specific features of Brazilian society that favored the fast growth of this area in Anthropology and its later developments.

**Key-words:** Urban Anthropology, city, Anthropology in Brazil.

Podemos considerar que uma das características que marcaram os primeiros estudos antropológicos, ao final do século XIX foi a grande distância entre pesquisadores e grupos investigados. Neste momento de consolidação de seu campo científico, a antropologia nascia como uma ciência que se legitimaria pela especificidade de seu objeto: o estudo de povos exóticos, de sociedades longínquas, presentes nas colônias europeias. As formas de vida destes grupos tribais, considerados como primitivos, representavam para os europeus a evidência dos estágios de evolução humana, configurando-se neste sentido um quadro de dupla distância, a espacial, por longos percursos para se alcançar o mundo selvagem, e a temporal, na medida em que o contato com estes povos significava uma viagem ao tempo, ao encontro dos primórdios da humanidade. Apesar do evolucionismo não ter sobrevivido, enquanto matriz interpretativa, ao período da I Grande Guerra, a constituição do campo da reflexão antropológica continuou prioritariamente fundamentada na investigação destas sociedades tribais, movidas por novas

matrizes interpretativas que se empenhavam em lidar com a questão da diferença e da diversidade cultural. Contudo, ao longo do século XX, as perspectivas antropológicas foram se multiplicando tal qual a complexificação das relações entre colônia e metrópole, primitivos e civilizados, que assumiram novos contornos, a partir de revisões da polaridade estanque de valores entre tradição e modernidade que a acompanhava. Novas áreas de investigação foram abertas, procurando ampliar horizontes metodológicos até então marcados pela distancia – social, cultural, espacial - entre “antropólogo” e “nativo”.

Neste processo de alargamento de seu campo de investigação e multiplicação de objetos de estudo, as populações urbanas passam a ocupar o universo das investigações relativas à diversidade cultural. A cidade tornou-se o lócus das pesquisas antropológicas dedicadas aos grupos urbanos, que concentra e multiplica toda a complexidade existente nas sociedades modernas. O conjunto de investigações sobre as relações sociais e simbólicas estabelecidas

\* Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rcadutra@uol.com.br

\*\* Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais (UFJF). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: n.vizotto@gmail.com

nas sociedades contemporâneas e industriais ficou conhecido, num primeiro momento como Antropologia Urbana. Um termo que se consolidou como contraponto aos estudos clássicos no campo antropológico, particularmente àqueles moldados pela perspectiva de uma “antropologia realista” (MARCUS, 1991), ou seja, que operavam com a perspectiva da existência de sociedades isoladas, imaculadas e atemporais.

O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento dos estudos antropológicos nas cidades no Brasil, identificando principalmente o contexto de seu surgimento e procurando estabelecer relações entre a expansão deste campo de investigações e as transformações ocorridas na sociedade brasileira.

### MARCOS DO DESENVOLVIMENTO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL

Até os anos 30 ainda não havia formação acadêmica de Antropologia no Brasil, e inclusive na Europa esta se definia como um ramo novo das ciências. No entanto, podemos destacar os cronistas e viajantes que circulavam pelo Brasil colonial e imperial como fontes importantes para a reflexão da alteridade neste período. Suas descrições, apesar de fugir aos padrões ensaísticos ou acadêmicos, deixaram registros valiosos de grupos nativos e seus costumes nestas terras, ainda em grande parte, selvagens. Muitos destes registros, tais como as crônicas de Hans Staden e Jean de Lery, se configuraram como fonte de consultas e análises posteriores para a compreensão do contexto social e cultural da sociedade brasileira que ora se formava. Vale destacar neste sentido a tese de doutoramento de Florestan Fernandes “A função social da guerra na sociedade tupinambá”, que faz uma análise sistemática da literatura deixada pelos cronistas a respeito da antiga sociedade indígena Tupinambá, reconstruindo sua organização social e o papel da guerra nesta sociedade. A narrativa de cunho cosmográfico - nos termos de Laplantine (2003) - verificada nestes textos, em que modos de vida das populações nativas se inserem no quadro amplo de descrição da geografia, da flora e fauna brasileiras traduzem

uma primeira aproximação da reflexão europeia em relação ao confronto com a alteridade, advinda da descoberta do Novo Mundo. Contudo, é somente após a segunda metade do século XIX que a reflexão antropológica se amadurece como fruto do desenvolvimento das ciências humanas.

Alguns estudiosos brasileiros de formação diversa, como médicos, juristas, engenheiros e militares, contribuíram para os primeiros passos das pesquisas antropológicas no Brasil entre o final do século XIX e princípio do século XX. Autodidatas em sua maioria – Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e Nina Rodrigues -, seus registros a respeito de índios, negros e sertanejos traduziam na maior parte dos casos uma preocupação com o destino, não somente destas populações, quanto do próprio país, que deveria se consolidar como nação. Neste sentido visualizavam estes grupos no processo de formação do “povo brasileiro”, reproduzindo frequentemente teorias “racialistas” europeias, onde a mestiçagem configurava-se como empecilho ao nosso desenvolvimento<sup>1</sup>. Desta forma, as interpretações a respeito dos problemas sociais brasileiros fundamentavam-se, de forma frequente neste período, em teorias deterministas, onde as condições espaciais e climáticas ou raciais seriam indicadas como responsáveis pela situação de pobreza e baixo desenvolvimento e integração em nossa sociedade.

A superação deste olhar para a sociedade brasileira tem como marco significativo a obra de Gilberto Freyre, que a partir do contato com Franz Boas na Universidade de Columbia, publica “Casa Grande & Senzala” em 1933. Em revisão à ideia de um país fadado ao fracasso em virtude da miscigenação, Freyre traz como grande contribuição nesta obra a análise cultural do processo histórico de constituição da sociedade brasileira. Posteriormente publica “Sobrados e Mucambos”, em 1936, dentre o leque variado de sua produção intelectual, dando continuidade ao propósito de compreensão das particularidades culturais da sociedade brasileira como configuração de um processo histórico.

É a partir da década de 30 que se verifica as primeiras iniciativas de profissionalização dos antropólogos no Brasil, assim como a institucionalização da Antropologia como um

ramo importante das Ciências Sociais. Em 1933 é criada na cidade de São Paulo a Escola de Sociologia e Política, com grandes nomes compondo sua grade docente, nos anos iniciais de sua fundação, como Hebert Baldus, Donald Pierson e Emílio Whillems. No ano seguinte é fundada na USP (Universidade de São Paulo) a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, tendo Roger Bastide e Lévi-Strauss como principais professores. Mellati (1983, p. 11) afirma que foi em São Paulo o principal foco de difusão da Etnologia nesse período, devido ao número de professores e alunos existentes nas instituições de ensino da cidade. Fora da Academia também foram criados grupos de pesquisadores, como por exemplo, a Sociedade de Etnografia e Folclore em 1937 e a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia em 1941.

É também a partir da década de 30 que a influência da sociedade norte-americana no Brasil se faz presente em diversos aspectos, em virtude da consolidação da hegemonia política e econômica desta na América Latina. A Antropologia se vê beneficiada neste momento pela vinda de antropólogos norte-americanos para o país, como Ruth Landes, Charles Wagley e Donald Pierson. A influência teórica e metodológica norte-americana vai marcar a produção antropológica até meados da década de 60. Os estudos de mudança social e cultural ou aculturação tornam-se a marca desta época: “[...] tiveram por objeto tanto a população negra, como os grupos indígenas, bem como imigrantes europeus e asiáticos e seus descendentes e ainda a população de áreas de povoamento antigo e economicamente estagnadas” (MELLATI, 1983:13).

No que tange aos estudos de aculturação entre índios e brancos, a década de 40 é marcada pelos trabalhos de Charles Wagley, Eduardo Galvão e Egon Schaden. As pesquisas da época se caracterizavam pela matriz funcionalista e pelo interesse em compreender a cultura indígena como um todo, resultando em monografias sobre totalidades socioculturais, destacando-se temas como a organização social, a religião e cosmologia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 116). Vale destacar, segundo Mellati (1983, p. 16) que apesar desta orientação teórica, o trabalho de campo extensivo, ou seja, através

da longa estadia do pesquisador entre os grupos indígenas vai ocorrer de forma tardia entre os pesquisadores brasileiros, prevalecendo neste período as expedições que procuravam cobrir grandes extensões, bem como visitas a diferentes grupos étnicos.

Os estudos voltados para a população negra – tendo como representantes deste período, autores como Roger Bastide, Edson Carneiro, Nunes Pereira, Ruth Landes e Artur Ramos - procuravam estudar os vestígios das culturas africanas que continuavam a sobreviver no Brasil, apesar da perda de contato com a origem e do conflito com as crenças e valores da classe dominante. Observa-se neste momento que as investigações passam a ter como cenário as cidades brasileiras. Os estudos sobre contatos interétnicos, particularmente tratando dos imigrantes ganham em qualidade, se convertendo em pesquisas de caráter propriamente científico. Podemos destacar as investigações de Emílio Whillems sobre os alemães, de Ruth Cardoso sobre os japoneses e Thales de Azevedo e Eunice Durham, sobre italianos, muitos dos quais se propondo a discutir a questão da aculturação através dos estudos de comunidade.

“Porém, a partir de 1952, chegam sucessivamente três missões científicas da Universidade de Tóquio para estudar os japoneses e seus descendentes no Brasil em colaboração com pesquisadores brasileiros. O primeiro a chegar, em 1952, foi Seiichi Izumi, que volta outra vez ao Brasil em 1955 à frente de uma equipe; em 1957 chega uma equipe dirigida por Fumio Tada. Ao mesmo tempo em que esses pesquisadores japoneses atuavam, desenvolviam-se os trabalhos de Hiroshi Saito, em colaboração com eles, e, ainda, os de Egon Schaden e de Ruth Correia Leite Cardoso.” (MELLATI, 1983, p. 14-15).

Os estudos de comunidade ocuparam papel preponderante na produção científica das Ciências Sociais nas décadas de 40 e 50, se prolongando até a década de 70 do século passado. Podemos destacar como uma das conquistas desse recurso investigativo a inserção do pesquisador na comunidade investigada, que propiciava uma abordagem ampla e geral do

seu objeto de pesquisa, tornando esse método uma referência para as primeiras pesquisas em contextos urbanos. No entanto, apesar de vários pesquisadores importantes no Brasil terem se utilizado desse tipo de pesquisa, como Emílio Willems, Oracy Nogueira, Donald Pierson e Antônio Cândido, os estudos de comunidade sofreram grandes críticas por parte de pesquisadores, particularmente advindas do campo de reflexão marxista, sob influência de Florestan Fernandes, seja pela ausência de reflexão a respeito da inserção destas comunidades em contextos mais amplos, seja pela ausência do recurso à documentação histórica como fonte de investigação.

Vale ressaltar a contribuição de Antônio Cândido para a Antropologia no Brasil, com um dos clássicos representantes dos estudos de comunidade, “Os Parceiros do Rio Bonito” publicado em 1964, onde traz reflexões teóricas importantes sobre o processo de urbanização, estabelecendo parâmetros para a análise da mudança social que ora acometia as pequenas comunidades do interior do Brasil. Em suas próprias palavras: “A situação estudada não é de substituição mecânica dos padrões, mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio de ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social.” (CÂNDIDO apud PEIRANO, 1992, p. 34). Dentro de uma perspectiva plural, que integra as abordagens sociológica, antropológica e literária, publica “Literatura e Sociedade” em 1965, procurando estabelecer relações entre contexto sócio-cultural e as formas de arte literária. Na opinião de Mariza Peirano (1992), fazendo uma antropologia da literatura:

“Antônio Cândido mostra a tensão entre o universalismo da mente humana e as diferenças culturais. Só assim é possível combater os dois extremos, “modalidades da falácia antropocêntrica -, seja por verem no primitivo um bicho quase de outra espécie, seja por quererem reduzi-lo mecanicamente à nossa imagem, dispensando o esforço de penetrar nas suas singularidades.” (PEIRANO, 1992: 40).<sup>2</sup>

Durante os anos 50 a cidade do Rio de Janeiro passa a ter um papel preponderante no desenvolvimento da Antropologia: sediou a

Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, fundou-se o Museu do Índio. Sob a direção de Darcy Ribeiro, esta instituição organizou o “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural” em 1955. Neste mesmo ano, é criada a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia representando “um esforço de colaboração, entre os participantes, para o progresso dos estudos antropológicos e para a criação de uma consciência profissional entre os antropologistas brasileiros.” (Anais, 1957 apud CORREA, 1988, p. 6). A criação da ABA tinha como objetivo propiciar reuniões periódicas dedicadas à troca de experiências, informações e o próprio convívio entre os associados. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar a ABA, e sua primeira diretoria foi composta por residentes desta cidade.

A década de 50 continua sendo marcada pelos assuntos indígenas, tendo agora Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira como os principais pesquisadores. Através deles, a Etnologia começa a adquirir novas características, como o intensivo trabalho de campo e a participação ativa dos antropólogos como defensores da cultura indígena, transferindo o foco de pesquisa para a questão da integração destes grupos à sociedade nacional. Pesquisadores da história das Ciências Sociais no Brasil (cf. Mellati, 1983, Micelli, 1987 e Peirano, 2000) atribuem o período entre os anos 30 e o início dos anos 60 como fundamental para a consolidação da Antropologia. Este período ficou marcado também pela especialização crescente em torno dos assuntos indígenas, fazendo da Etnologia o marco fundamental de pesquisa da Antropologia neste período.

A partir dos anos 60, todas essas iniciativas institucionais da Antropologia do período anterior amadurecem, traduzindo-se em grande produção científica, nas mais variadas linhas de pesquisa. A criação das entidades federais de fomento à pesquisa, Capes e CNPq em 1951, assim como a expansão da pós-graduação favoreceu o crescimento do número de etnólogos e professores da área. Vale destacar a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 1968 e de sua posição de destaque no fomento e difusão da

pesquisa antropológica neste período. De fato, a capital carioca já havia começado a se destacar como novo centro de atividade etnológica na década de 50 e a criação deste programa representou os resultados destes esforços. Em 1971 é criado o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNICAMP, e em 1972 o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UNB.

Sobre as orientações teóricas, estas também se modificaram em relação ao período anterior e passaram a priorizar a perspectiva estruturalista em detrimento do funcionalismo. Além disso, certos temas de pesquisa perderam interesse, como os estudos de comunidade, sendo substituídos por pesquisas de caráter mais regional, dedicados às temáticas envolvendo o campesinato, os assalariados rurais, as frentes de expansão e os trabalhadores urbanos (MELLATI, 1983, p. 22). Os estudos etnológicos assistem uma grande renovação teórica neste período. Conforme já anunciado anteriormente, o foco das preocupações com o contato entre “índios e brancos” passa a residir menos na questão da perda de traços originais do que na questão do conflito de interesses e valores existentes entre os grupos indígenas e a sociedade nacional, ou seja, a perspectiva da aculturação cede lugar para a questão da fricção interétnica. Roberto Cardoso de Oliveira publica em 1960 “O processo de assimilação dos Terena”, em 1964, “O Índio no Mundo dos Brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões” e ao longo da próxima década uma série de trabalhos a respeito da situação dos índios no contexto da sociedade nacional. Surge então o espaço de discussão sobre o papel do antropólogo na sociedade brasileira, na medida em que esta nova abordagem, sob forte influência da antropologia francesa marxista, inspira nos pesquisadores o sentimento de militância a favor dos índios. Estes pesquisadores procuraram atender às necessidades indígenas e buscar soluções para seus principais problemas, “como demarcação de terras, assistência médica, instrução, administração direta pelos índios de sua produção para mercado e outros.” (MELLATI, 1983, p. 24). É também neste período que ganha impulso os estudos sobre a estrutura social das sociedades indígenas<sup>3</sup>, em que os pesquisadores buscaram respaldo teórico no estruturalismo sob

influência de David Melbory-Lewis com o Projeto Harvard-Brasil Central que estabelecia parceria entre a Universidade de Harvard e o PPGAS do Museu Nacional. Os mitos e ritos indígenas se destacam como objeto de estudo, e incitam os pesquisadores a novos recortes investigativos sobre as sociedades indígenas no Brasil. A abordagem estruturalista traz novas inspirações, ultrapassando o âmbito das sociedades tribais, como é o caso de Roberto da Matta que toma os ritos como uma porta de entrada para o conhecimento da sociedade brasileira na obra “Carnavais, malandros e heróis” publicada pela primeira vez em 1979.

Podemos observar que esta multiplicação de temas de investigação, assim como a utilização de diferentes matrizes teóricas não estão desconectadas das transformações da sociedade brasileira, cujo processo de industrialização, integração institucional e urbanização abrem espaço para realidades contraditórias envolvendo diferentes atores sociais. Neste contexto, particularmente a partir da década de 60 temas relacionados à cidade, e à Antropologia Urbana começam a ganhar espaço no Brasil, tais como as migrações da área rural para a urbana e os desdobramentos recorrentes deste processo, como a marginalidade e a ocupação em favelas. A seguir estaremos apresentando de forma mais detalhada o processo de consolidação deste campo de investigação.

## ANTROPOLOGIA URBANA

A modernidade e seus desdobramentos, tal qual a vivenciamos hoje, está marcada por diversas características importantes como o crescimento de grandes cidades derivado fundamentalmente da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo. As transformações sofridas a partir destes eventos foram profundas e modificaram a vida social das cidades e dos indivíduos que a habitam. A partir disso, um novo cenário é criado – com sujeitos, identidades e características diferentes - tornando-se um grande desafio teórico para as Ciências Sociais como um todo. Ulf Hannerz (1999) chama a atenção para o fato de que o processo de globalização - que apesar de se intensificar nos últimos anos define-se como

parte intrínseca ao desenvolvimento de uma sociedade industrial e capitalista - significa não somente a interconectividade econômica entre as sociedades, mas também a mistura de relações sociais de longas distâncias. Estas transformações, contudo, se por um lado compreendem o partilhamento de linguagens planetárias, subentendendo dinâmicas homogenizadoras, por outro, favorece a multiplicação da diversidade, uma vez que se tornam passíveis de reinterpretções e reelaboraões nos diferentes cenários que se interconectam. Neste sentido, a fluidez e a contingência na análise da dinâmica cultural, tornam-se cada vez mais evidentes, onde as composições identitárias são passíveis de revisões constantes, seja através de recortes geracionais, profissionais ou mesmo pelo pertencimento a uma classe social.

Se estas transformações advêm do desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade de mercado hegemonicamente industrializada, é nas grandes cidades que podemos observar seus impactos de forma mais acentuada. A crescente complexificação das formas produtivas, de circulação e comunicação se traduz em formas de concentração do processo administrativo, econômico e político nas áreas urbanas. As metrópoles têm se apresentado como palco de uma realidade complexa e múltipla em todos os sentidos, tanto culturais quanto sociais, e estão em constante transformação. Esta multiplicidade pode se expressar nos traços pessoais, nas ocupações, na vida cultural e nas ideias dos habitantes da comunidade urbana, podendo resultar em segmentações tanto espaciais como simbólicas dos indivíduos.

Autores clássicos das Ciências Sociais, como Durkheim, Tönnies, Simmel e Weber já abordavam a questão da cidade, analisando as transformações ocorridas na esfera social sob as injunções da Revolução Industrial, procurando compreender os impactos que estas transformações traziam para as formas de vida tradicionais. A associação entre a cidade e a ruptura ou crise nas relações sociais torna-se objeto das preocupações destes cientistas sociais, estando presente até os dias de hoje na grande mídia. Verifica-se uma visão pessimista, que destaca frequentemente a questão da violência, da criminalidade, os problemas urbanos como

a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência, etc.” (MAGNANI, 2002, p. 12).

Nos textos de Park ([1916] 1979) e Wirth ([1938]1979), escritos na primeira metade do século XX essas perspectivas negativas sobre a cidade já se apresentavam. Park chega inclusive a afirmar que o meio urbano intensifica os efeitos de crises, e por crise ele se refere a distúrbios de hábitos, ou seja, a ordem moral que repousava sobre os indivíduos dissolve-se gradativamente, e as instituições responsáveis por essa ordem moral (como a igreja, a escola, a família e a vizinhança) perdem seu valor, ocorrendo transformações nas formas de organização da solidariedade social. (PARK, 1973, p. 50). A característica mais perturbadora deste estilo de vida urbano para estes autores é a preeminência das relações secundárias em detrimento das relações primárias, afetando princípios até então reconhecidos como fundamentais para se viver em sociedade.

A escolha da cidade como objeto de pesquisa, no caso da Antropologia, foi algo relativamente recente. A Antropologia surge em seus primórdios como uma ciência que busca compreender sociedades simples no contexto colonial, grupos indígenas e rurais, minorias sociais etc. No entanto, as transformações históricas e sociais descritas anteriormente acabam por atingir também essas sociedades, transformando as colônias em estados-nação, colocando os índios e as populações rurais em contato com o “progresso urbano”, e as minorias sociais expostas à cultura dominante, por exemplo. Esta realidade, então, estimula o campo antropológico a se renovar e a buscar novos objetos de pesquisa, as sociedades ditas complexas, visto que elas eram no momento foco de transformações importantes e que seria fundamental compreender essa realidade.

Os primeiros estudos no Brasil que começam a incitar a questão do urbano como importante objeto de pesquisa se dá na década de 40 e continua na década seguinte, são os denominados “estudos de comunidade” já mencionados anteriormente. Influenciados

sumariamente pela Escola de Chicago<sup>4</sup>, estas pesquisas, apesar de não focarem especificamente nas sociedades urbano-industriais, utilizam a cidade como pano de fundo e cenário dos fenômenos estudados. Através da realização de pesquisas em pequenas cidades e comunidades espalhadas ao longo do território nacional, estes estudos se caracterizavam pela abordagem qualitativa, utilizando-se da observação direta, técnica tradicionalmente utilizada pelos antropólogos na investigação de sociedades tribais. Com esses estudos de comunidade,

“Pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros.” (MELLATI, 1983, p. 18).

Estes estudos de comunidade tornaram-se importantes para dar visibilidade a um contexto e um foco de pesquisa que ainda não era levado em conta pela Antropologia e até mesmo pelas Ciências Sociais no Brasil. A eles podemos creditar o início do interesse, de fato, pelos processos econômicos, sociais e culturais da urbanização e da industrialização e seus efeitos no contexto da cidade e de seus habitantes no fim dos anos 50 e por toda a década de 60.

A relevância deste tema nesta época pode ser apreendida pela diversidade de autores nas Ciências Sociais que publicam livros e pesquisas sobre o processo de urbanização, como Otávio Ianni com a obra “Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil” em 1963, e os textos de Florestan Fernandes sobre a cidade de São Paulo que foram publicados no livro “Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira” em 1960, dentre outros. Os principais temas de pesquisa dos anos 60 tratavam, em sua maioria, das consequências e problemas nas grandes cidades derivados do processo de urbanização, como as migrações da área rural para a urbana, a grande aglomeração de favelas, marginalidade etc. No entanto, a institucionalização de um

campo de investigação sistematizado da realidade urbana dentro da Antropologia no Brasil vai ocorrer de forma expressiva na década seguinte.

“Com todos estes aspectos, o interesse nas Ciências Sociais pelo urbano na década de 60, na minha opinião, estava-se “gestando ou fermentando” um campo de estudos antropológicos das populações urbanas que tomaria corpo na década de 70 e que seria liderada por uma nova geração, [...]” (MENDOZA, 2000, p. 175).

A década de 70 foi o momento crucial para o desenvolvimento e o reconhecimento da Antropologia Urbana como uma importante linha de pesquisa sobre os grupos urbanos. Em 1972, Gilberto Velho publica “A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social” iniciando-se uma longa trajetória acadêmica com investigações voltadas para a pesquisa antropológica nas cidades. O desenvolvimento da Antropologia Urbana neste contexto ocorre em virtude de uma conjuntura política, social e acadêmica pela qual o Brasil e a Antropologia estavam passando: uma época marcada por processos conflituosos como repressão, ditadura militar, crescimento urbano, pobreza, marginalidade e o chamado “milagre econômico”. Todo este contexto aflora nas Ciências Sociais o interesse pela investigação a respeito dos problemas sociais urbanos, tendo em vista o seu entendimento e a necessidade de transformação, sendo a universidade o espaço ideal para isso. Além disso, esses cientistas passaram a se engajar politicamente, havendo uma grande preocupação em repensar, conhecer e analisar o Brasil, buscando transformá-lo numa sociedade melhor.

O objetivo principal desta geração de antropólogos emergentes era conhecer o sujeito urbano habitante das cidades, mas através de uma perspectiva diferente da que comumente se fazia nas Ciências Sociais, fundamentalmente a Sociologia e as Ciências Políticas, que partiam tradicionalmente da categoria de classe social e do entendimento do sujeito urbano como um ator político. A perspectiva antropológica buscava perceber este sujeito urbano não somente como um ator político que defendia uma ideologia, mas também um indivíduo que possuía um

local de moradia, um trabalho, uma cultura e uma bagagem cultural específica: “tratava-se de conhecer como esses grupos urbanos organizam, classificam, representam, atuam e constroem o seu espaço e modo de vida dentro de um sistema urbano.” (MENDOZA, 2000, p. 191). Para conhecer essa realidade cotidiana dos indivíduos era necessário dar voz a esses sujeitos – que na maior parte das vezes eram caracterizados pela opressão e pela invisibilidade – a partir de técnicas de investigação qualitativa como a observação participante.

“E aí então, as pessoas têm que ir para a periferia e observar como é o modo de vida e tentar então agora incorporar o olhar do outro que é a grande contribuição que a Antropologia tem frente a outros recortes em Ciências Sociais, é valorizar o discurso do outro e fazer um contraponto entre um discurso daquele que nunca foi ouvido porque parecia que era lá no fundo escondido, com outros discursos dominantes.” (MAGNANI apud MENDOZA, 2000, p. 194 e 195).

Neste sentido os estudos antropológicos deste contexto passam a focar e observar os acontecimentos corriqueiros e cotidianos, buscando entender como os indivíduos vivenciam e reelaboram esses acontecimentos, contribuindo para outros olhares e interpretações a respeito da dinâmica das sociedades complexas e urbanizadas. Apesar de se configurar uma situação de proximidade perigosa entre pesquisador e pesquisados, uma vez que o pesquisador se coloca em um contexto na qual está familiarizado, o próprio contexto plural das cidades favorecia o exercício da objetividade e do estranhamento. Além disto, este empreendimento torna-se oportunidade para a revisão de pressupostos e valores naturalizados, colocando este pesquisador na posição de nativo.

“A antropologia tem a grande vantagem de ter uma saudável tradição de ceticismo e crítica que pode nos ajudar a ver e superar as ideias velhas e preconceituosas. Não creio que o estudo da própria sociedade seja uma heresia dentro da trajetória de reflexão antropológica, mas significa sem dúvida, uma ampliação e complexificação de nosso campo de estudo.

Logo é uma tarefa a ser assumida com todos os riscos e desgaste que envolve (VELHO, 1980, p. 20).

“Este ajuste de foco – graças ao qual não se necessita ir muito longe para encontrar o “outro” – terminou revelando uma realidade que aparentemente nada fica a dever ao exotismo que tanto espantava os europeus em contato com os povos “primitivos”: basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo entra-se em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, valores.” (MAGNANI, 1996, p. 3).

Através de recursos como a etnografia e a observação participante foi possível a investigação dos aspectos cotidianos e micro-sociais do complexo urbano procurando enfatizar não somente os próprios atores sociais e suas práticas, como também o contexto de sua produção, no caso a paisagem urbana, como parte constitutiva da vida social destes indivíduos.

“Portanto, aqueles dois planos a que se fez alusão anteriormente – o da cidade em seu conjunto e o de cada prática cultural assignada a este ou àquele grupo de atores em particular – devem ser considerados como dois polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando.” (MAGNANI, 2002, p. 20).

Desta forma, o olhar para a cidade sob o enfoque macroestrutural, isto é, das instituições e da estrutura, onde os indivíduos que a habitam são interpretados como agentes passivos deste cenário, desprovidos de atividades, sociabilidades e ações individuais passa a ser complementado por um novo viés que priorizou dar voz a esses moradores e mostrar uma parte da cidade aparentemente invisível. Vale destacar, contudo, que esta abordagem se afasta de uma perspectiva essencializadora da cidade, ou seja, evita considerá-la como ambiente determinista de processos sociais. Neste sentido fala-se de uma Antropologia *na* cidade e não *da* cidade no Brasil, ou seja, “[...] pesquisas em pequena escala, mostrando em termos gerais a dinâmica da vida

urbana e da vida cotidiana” (MENDOZA, 2000, p.222). Nas palavras de Eunice Durham (1986:19 apud MENDOZA, 2000, p. 189),

“E, desde o começo, trata-se menos de uma antropologia da cidade do que uma antropologia na cidade. Isto é, não se desenvolveu no Brasil uma Antropologia Urbana propriamente, nos moldes em que foi iniciada pela Escola de Chicago, uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia. A cidade é portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto [...]”.

Além do contexto histórico, outro fator contribuiu para a construção do campo antropológico urbano no Brasil na década de 70: a expansão do ensino universitário e da pós-graduação, promovidos pelo próprio regime militar. Os principais Programas de Pós-Graduação em Antropologia na época eram o do Museu Nacional, da USP e da UNICAMP. Cada um desses programas se especializou em determinados temas de pesquisa, mas todos, de alguma forma, desenvolviam temas de investigação relacionados ao contexto urbano e à cidade. No Museu Nacional podemos destacar como temas frequentes de investigação as camadas médias, escolas de samba, religião, movimentos sociais, futebol, produção cultural, desvio e comportamento, moradia em favelas, parentesco, redes sociais e carnaval. Na USP verifica-se a investigação de temas como família de operários, associações de bairros, bairros populares, educação, habitações na periferia, lazer, movimentos sociais, migrações para a cidade, participação popular e política, religião. Já na UNICAMP os objetos de pesquisa mais frequentes eram papéis sociais, prostituição, antropologia da mulher, saúde, migrações, culturas populares, organização social de bairros, trabalhadores rurais, papéis sociais e identidade (MENDOZA, 2000, p. 196).

Esta escolha de foco de questões diversas envolvendo o contexto urbano fez com que a Antropologia começasse a ganhar prestígio frente às outras disciplinas. De disciplina marginal, por tratar de temas pouco políticos, a Antropologia,

com novos objetos de estudo, passou a oferecer novas perguntas e questões a um campo intelectual maior, não só o antropológico. Este reconhecimento alcançado a partir da década de 70 contribuiu de forma intensiva para o alargamento do campo teórico da Antropologia,

Podemos verificar esse desenvolvimento na passagem das décadas de 70 e 80 através do número de pesquisas na área da Antropologia Urbana, quando se multiplicam as dissertações e teses relacionadas à temática urbana, assim como as publicações. É nesta época também que novos Programas de Pós-Graduação são criados, em universidades de diferentes regiões do Brasil, contribuindo para a difusão desta linha investigativa. Observa-se também que a multiplicação de estudos na área de Antropologia Urbana na década de 80 é verificada como tendência mundial. Sanjek (1990) aponta que apesar desta área de investigação ter se desenvolvido nos Estados Unidos na década de 60, é na década de 80 que seu escopo aumenta drasticamente.

A partir de então, os objetos de estudo da Antropologia Urbana tornaram-se heterogêneos a ponto de se dificultar a sua identificação sob este rótulo somente, dada a multiplicidade de recortes possíveis, além do recurso a diferentes correntes de pensamento. Este cenário já havia sido apontado por autores que se dedicaram ao tema (DURHAM, 1986; HANNERZ, 1999; VELHO, 2003) destacando a necessidade de ampliação de matrizes teóricas para dar conta da diversidade de objetos que se apresentam neste campo de investigação. Assim, a consolidação deste campo de pesquisa, ao estimular o debate sobre a necessidade de se romper com marcadores tradicionais de atuação da investigação antropológica, alargou os horizontes e perspectivas da Antropologia. Este processo revela uma mudança de paradigma na medida em que a disciplina descola sua legitimidade pela constituição de um objeto específico, previamente definido, para constituir-se pela abordagem/ perspectiva que produz ao analisar a realidade social, o que se torna mais produtivo se considerarmos o contexto da sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Peirano (2000, p. 222) para se analisar o desenvolvimento de uma disciplina torna-se imprescindível a consideração de seu contexto de produção. O contexto das décadas de 60 e 70 foi propício ao desenvolvimento da Antropologia Urbana, pois conjugou uma época política em que havia uma necessidade de compreensão e transformação da sociedade brasileira, juntamente com a expansão dos programas de pós-graduação em Antropologia por todo o Brasil. Desta forma, esta “nova” antropologia pôde contribuir para esse ideário nacional, ajudando-a a se firmar como um ramo importante de análise dentro das Ciências Sociais.

Compreender o desenvolvimento do campo de investigação que ficou conhecido, de forma abrangente, como Antropologia Urbana, em nossa sociedade requer atenção à diferença dos contextos de desenvolvimento da própria Antropologia, como destaca Stocking (1982), ao diferenciar o desenvolvimento da antropologia nos países centrais, caracterizado pela reflexão em suas colônias e a antropologia de países periféricos, voltada para a reflexão da própria sociedade. A antropologia dos países centrais, que Stocking denomina como antropologia de “construção de império” se caracterizava por um fascínio em relação ao “outro” encontrado durante a expansão europeia que, devido ao seu contraste acentuado com o europeu, levou a crenças em relação à sua inferioridade física e cultural. Presos a esse objeto de pesquisa, essa antropologia entra em crise quando os países coloniais começam a conquistar sua independência.

A antropologia de países periféricos, no entanto, viu nessa passagem de colônias para países independentes a oportunidade de construir novos objetos de estudo para a Antropologia, que estariam voltados para os seus próprios grupos internos, com o objetivo de se problematizar a constituição de uma identidade cultural nacional, ou seja, ser antropólogo em um país tradicionalmente identificado como o objeto da antropologia. Essa antropologia traz como peculiaridade se dedicar à investigação de sociedades em processo de construção,

envolvidas na convivência com diferentes matizes de alteridades, e uma preocupação com os problemas práticos pelos quais essas nações vinham passando.

No Brasil, o desenvolvimento de uma Antropologia Urbana, na década de 70, reflete o envolvimento da academia com as alteridades múltiplas que compunham nossa sociedade em processo acelerado de urbanização, onde os antropólogos atenuaram a noção de exótico, fundamentado na ideia de uma “diferença distante” e priorizaram os contextos de “diferença próxima”, por perceberem que o contexto urbano também seria importante para a análise antropológica (PEIRANO, 2000). Vale ressaltar que essa passagem para a “nova” antropologia não resultou em ruptura com a tradição antropológica em se estudar sociedades tribais, mas sim em um englobamento das duas vertentes.

Contudo, Stocking não deixa de citar o fato de que a antropologia central – Grã Bretanha, França, Alemanha, Estados Unidos e União Soviética - continuou a ser uma influência para os pesquisadores desses países periféricos – Suécia, Polônia, Canadá, Quebec, Brasil, Índia e Sudão -, principalmente a antropologia americana, reproduzindo as abordagens teóricas e metodológicas da metrópole. Cabe a estes pesquisadores a criatividade de novas chaves interpretativas, assim como constitui-se o desafio da antropologia “fora do centro”, ou seja, constituída nos países periféricos, a conquista de apoio social e governamental para se legitimar não somente no quadro das ciências sociais como também no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, M. Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 3, n. 6, p. 79-98, 1988.

DURHAM, E. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, R. (org.) *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

- HANNERZ, U. Entrevista: os limites de nosso auto-retrato: antropologia urbana e globalização. *MANA*, vol. 5, n. 1, p. 149-155, 1999.
- LAPLANTINE, F. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- \_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade. In: MAGNANI, J.G.C. & TORRES, L.L. (orgs.). *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 34, p. 197-221, 1991.
- MELLATI, J. C. A Antropologia no Brasil: um roteiro. *Série Antropologia*, Brasília, nº 38, p. 1-64, 1983.
- MENDOZA, E. S. G. *Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil: a década de 70*. 342 pp. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- MICELI, S. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5-26, 1987.
- OLIVEIRA, R. C. de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- PARK, R. [1916] “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.p.26-67
- PEIRANO, M. G. S. A Antropologia como Ciência Social no Brasil. *Etnográfica*, vol. 4, n.2, 2000. p. 219-232.
- \_\_\_\_\_. O pluralismo de Antônio Cândido. In: PEIRANO, M.G.S. *Uma antropologia no Plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- SANJEK, R. Urban Anthropology in the 1980s: a world view. *Annual Review of Anthropology*, vol. 19, 1990. p. 151-186
- STOCKING JR., George. Afterword: a view from the Center. *Ethnos*, Estados Unidos da América, v. 47, n. 1 e 2, 1982. p. 172 – 186
- VELHO, O. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- \_\_\_\_\_. A pictografia da tristeza: uma antropologia da nation-building nos trópicos. *Ilha*, Florianópolis, v. 5, n. 1,, 2003. p. 5-22.
- VILHENA, L. R.. Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.
- WIRTH, L.[1938]. “O urbanismo como modo de vida” in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979. p.90-113.

#### Notas

1 Neste debate, vale ressaltar a exceção de Roquette Pinto, que não via a miscigenação como uma ameaça, pois as razões pelo “atraso” da população brasileira deveria ser sanada através da educação.

2 Este pluralismo, contudo, rendeu-lhe muitas críticas. Roger Bastide, por exemplo, recusou lhe conferir nota máxima em sua tese de dissertação – que foi publicado com o nome de “Os Parceiros do Rio Bonito” – por considerá-lo um trabalho claramente antropológico. Tais resistências dificultaram a trajetória deste autor dentro das Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, vindo a se dedicar aos estudos literários. Vale destacar que na história da Antropologia no Brasil outras vezes se fizeram dissidentes, com dificuldades de encontrar espaço institucional, como é o caso dos estudos de folclore (cf. Vilhena, 1997).

3 Nestes estudos “há um esforço no sentido de captar os modelos nativos, a fim de também submetê-los à interpretação geral do pesquisador” (MELLATI, 1983, p. 26), envolvendo pesquisadores como Roque Laraia, Júlio Cesar Mellati e Roberto DaMatta.

4 A Escola de Chicago representa um grupo de pesquisadores e professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de

Chicago entre o final do século XIX e princípio do século XX, e se constitui como a principal influência para os posteriores estudos na área da Antropologia Urbana.